



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA



8-03-2022

Relatório da Mesa Administrativa 2021

*João Carlos*

## Índice

1. Órgãos Estatutários .....	3
2. Introdução .....	5
3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição .....	6
3.1. Análise da atividade económica .....	6
3.2. A Economia Portuguesa .....	7
3.2.1. Forte impulso da procura interna .....	7
3.2.2. Forte recuperação das exportações e contributo menos negativo da procura externa líquida .....	9
3.2.3. Evolução positiva do mercado de trabalho .....	9
3.2.4. Aumento moderado dos preços no consumidor .....	10
3.2.5. Redução das necessidades de financiamento da economia .....	12
3.3. Perspetivas Macroeconómicas para 2022 .....	13
3.3.1. Hipóteses Externas .....	13
3.3.2. Cenário Macroeconómico .....	14
4. Análise da Atividade da Instituição .....	15
4.1. Rendimentos e Gastos .....	15
4.2. Resultados Por Valência .....	18
4.2.1. Administração .....	20
4.2.2. Igreja .....	20
4.2.3. Mortuária .....	20
4.2.4. Farmácia .....	20
4.2.5. Unidade de Cuidados Continuados .....	20
4.2.6. Centros de Dia .....	21
4.2.7. Lar na Guarda .....	21
4.2.8. Lar na Vela .....	21
4.2.9. Programa de Emergência Alimentar .....	22
4.2.10. Creche e Jardim de Infância .....	22
4.2.11. Centro de Atividades e Tempos Livres .....	22
4.2.12. Conservatório de Música de São José da Guarda .....	22
4.2.13. Análise Global .....	23
4.3. Ativo, passivo e situação líquida .....	23
4.4. Participações Financeiras .....	23
4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento .....	24
4.6. Principais riscos e incertezas .....	24
4.7. Questões ambientais .....	24
4.8. Questões relativas a trabalhadores .....	25
4.9. Existência de Sucursais .....	25



*João 40-11-21*  
*CP*

## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

4.10.	Situação perante a Segurança Social e Estado .....	25
4.11.	Gestão de Riscos Financeiros.....	25
4.12.	Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais .....	25
4.13.	Rácios.....	25
5.	Factos Relevante ocorridos após o final do exercício .....	26
6.	Evolução Futura .....	27
7.	Aplicação de Resultados .....	27



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

*Handwritten signature and date: 4.10.2021*

## 1. Órgãos Estatutários

Em 31 de Dezembro de 2021

### MESA da ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Inácio Monteiro (Irmão n.º 564)

1.º Secretário: Joaquim Belo Rafael (Irmão n.º 23)

2.º Secretário: António Manuel Soares Bellegarde Machado (Irmão n.º 705)

Vogal Suplente: Rita Maria Leitão da Cunha Vilar (Irmã n.º 870)

Vogal Suplente: Manuel Alberto Pereira de Matos (Irmão n.º 589)

Vogal Suplente: Alina Castanheira Marques Borges Soeiro (Irmã n.º 848)

### MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca (Irmão n.º 396)

Vice-Provedor: Vítor Manuel Monteiro Cunha Lavajo (Irmão n.º 655)

Secretário: Álvaro José Trindade Pereira Guerreiro (Irmão n.º 663)

Tesoureiro: Amílcar de Jesus Amaral (Irmão n.º 671)

Vogal: Henrique José Batista Pissarra Monteiro (Irmão n.º 378)

Vogal: Marisa Santiago dos Santos (Irmã n.º 722)

Vogal: João Bernardo Rebelo Marques (Irmão n.º 941)

Vogal Suplente: Paulo Alexandre Ribeiro Alves (Irmão n.º 819)

Vogal Suplente: Maria João Reis Neves Carvalho (Irmã n.º 830)

Vogal Suplente: Maria Helena Pilão Ferreira (Irmã n.º 773)





Santa Casa da Misericórdia da Guarda

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente: Orlando Manuel Jorge Gonçalves (Irmão n.º 815)

Vice-Presidente: António Alexandre Martins da Costa (Irmão n.º 546)

Secretário: António Júlio Gonçalves dos Santos (Irmão n.º 814)

Suplente: José Carlos Travassos Relva (Irmão n.º 668)

Suplente: Ana Cristina Gomes Vieira (Irmã n.º 936)

Suplente: Ricardo Manuel de Oliveira Leitão Malcatanho (Irmão n.º 698)



## 2. Introdução

Nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, apresentamos as contas e correspondente relatório do ano de 2021.

Na observância dos objetivos definidos no Compromisso e na sequência de anos anteriores, procurámos corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde nos inserimos e promover, em simultâneo, a melhoria da organização interna e a modernização técnica do seu funcionamento, evoluindo na promoção da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, não descurando a indispensável economia de meios.

Visando assegurar a melhor resposta aos mais desfavorecidos, na invalidez, na velhice, na juventude e na infância, continuámos o esforço de renovação e conservação das diversas respostas sociais.

No contexto atual de dificuldades económicas e sociais, que exige uma constante adaptação à mudança, destaco a colaboração dos trabalhadores que todos os dias ajudam a Santa Casa a executar da melhor forma todas as suas respostas sociais, bem como a colaboração de todos os Irmãos que contribuem de forma prestimosa para o cumprimento do nosso Compromisso.

O Provedor

(Jorge Manuel Monteiro da Fonseca)



*Inf. 4-2021*  
*[Signature]*

### **3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição**

#### **3.1. Análise da atividade económica**

A atividade económica mundial apresentou uma forte recuperação em 2021, devendo o crescimento do produto interno bruto (PIB) situar-se próximo dos 6%, após uma quebra sem precedentes em 2020 causada pela pandemia de COVID-19. Após um crescimento moderado no primeiro semestre, o qual foi influenciado pelo agravamento da pandemia no início do ano em alguns países, espera-se um maior dinamismo a partir do segundo semestre, liderado pelas economias avançadas, refletindo o avanço da vacinação, as medidas de apoio à economia e o impacto de uma maior flexibilidade nas medidas de restrição à atividade económica. Numa análise trimestral, o PIB real do G20 acelerou, registando um crescimento de 4% em termos homólogos no segundo trimestre de 2021 (3,5% no primeiro trimestre), tendo superado o nível registado antes da pandemia (quarto trimestre de 2019), impulsionado pelo forte desempenho económico da China, mas ainda com algumas diferenças de crescimento entre os países.

Com a abertura das economias, no primeiro semestre de 2021 assistiu-se a uma recuperação significativa do comércio mundial de mercadorias, o qual regista um crescimento homólogo de 14,2% (quebra homóloga de 5,3% no ano de 2020), com destaque para um crescimento mais robusto das trocas comerciais dos países emergentes. O ritmo de recuperação do comércio mundial ainda está rodeado de incerteza, decorrente do desfasamento entre a capacidade da oferta mundial e as condições da procura, nomeadamente através dos estrangulamentos persistentes do lado da oferta no abastecimento de produtos intermédios essenciais, tais como semicondutores, necessários ao fabrico de produtos, com reflexos na produção industrial e nas exportações das economias avançadas. A esta incerteza acresce alguma potencial perturbação no comércio internacional decorrente da saída do Reino Unido da União Europeia.

A política orçamental da generalidade das economias avançadas manteve-se expansionista em 2021 para apoiar a recuperação económica, acarretando alguns desequilíbrios orçamentais e um aumento do endividamento público. Esta política foi ainda complementada pela manutenção de uma política monetária com orientação muito acomodatória, com reflexo em taxas de juro de curto prazo (taxas de juro a três meses) historicamente baixas nos EUA e na área do euro (0,7% e -0,4%, em média anual, em 2020).

A taxa de inflação para o conjunto das economias avançadas deverá acelerar para 2,4% em 2021 (0,7% em 2020), devido à forte aceleração dos preços das matérias-primas, estando previsto situar-se em 2,2%, em média anual, na área do euro (0,3% em 2020), de acordo com o Banco Central Europeu (BCE). Esta evolução deve-se, em grande medida, ao contributo da componente energética, bem como ao aumento dos custos de produção, resultantes da disrupção das cadeias de abastecimento, e à retoma da atividade económica.

A economia da área do euro tem estado também a recuperar rapidamente, apesar de alguma incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e dos estrangulamentos do lado da oferta. A retoma mais forte do que o esperado no segundo trimestre de 2021 deverá prolongar-se no





*Info 4o mes*  
*[Signature]*

segundo semestre, sendo expetável que se supere o nível anterior à crise em finais de 2021. Globalmente, o crescimento do PIB previsto para a área do euro deverá situar-se em torno de 5% em 2021 (-6,5% em 2020), em resultado do contributo positivo da procura interna (especialmente do consumo privado e do investimento residencial), impulsionado pela diminuição da incerteza e pela recuperação do rendimento disponível real das famílias. Por sua vez, a recuperação do rendimento está associada ao stock de poupança acumulada durante a pandemia, que atingiu em 2020 um máximo desde 2002, e à melhoria gradual do emprego num período de condições de financiamento muito favoráveis.

### **3.2. A Economia Portuguesa**

Em 2021, a economia portuguesa caraterizou-se pela recuperação forte da atividade económica, a partir do segundo trimestre do ano, após observar em 2020 a quebra da atividade económica (-8,4%) mais acentuada desde 1995, seguida de uma quebra de -5,7% no primeiro trimestre do ano, decorrente das várias vagas da pandemia de COVID-19.

Apesar da quebra registada no primeiro trimestre do ano, a economia portuguesa registou uma evolução positiva no primeiro semestre de 2021, com o PIB real a crescer, em termos homólogos, 4,3% (-10,3% no primeiro semestre de 2020). Para a recuperação rápida da economia contribuíram a melhoria da envolvente externa, o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento, em paralelo com a elevada taxa de vacinação contra a doença COVID-19, e os programas de estímulo económico, tanto a nível nacional quanto europeu.

Os indicadores disponíveis para o terceiro trimestre, especialmente os relativos à evolução do consumo privado, indiciam uma aceleração da recuperação da atividade económica. Com efeito, em agosto, tanto o indicador de clima económico quanto o indicador de confiança aumentaram. Em termos de transações, em agosto, as vendas a retalho (índice deflacionado) ficaram 3,1% acima do verificado em agosto de 2020, enquanto os pagamentos em multibanco superaram em 2,8% o valor de 2019. No que respeita a atividade turística, a recuperação plena será mais lenta, não obstante a evolução positiva dos últimos meses.

#### **3.2.1. Forte impulso da procura interna**

O crescimento do PIB, em termos reais homólogos, registado no primeiro semestre do ano (4,3%) deveu-se ao contributo positivo da procura interna (5,5 pp), em resultado de uma variação





*Inf. Info. 2021*  
*Q1*

positiva de todas as suas componentes, enquanto o contributo da procura externa líquida foi negativo (-1,2 pp).

**PIB e componentes da despesa**  
(percentagem e pontos percentuais)

	2018	2019	2020	1ºS 2020	1ºS 2021
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de variação homóloga real, %)</b>					
<b>PIB</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>-8,4</b>	<b>-10,3</b>	<b>4,3</b>
Consumo privado	2,6	3,3	-7,1	-9,0	4,7
Consumo público	0,6	2,1	0,4	-1,5	5,9
Investimento (FBCF)	6,2	5,4	-2,7	-5,4	7,6
Exportações de bens e serviços	4,1	4,1	-18,6	-22,3	9,8
Importações de bens e serviços	5,0	4,9	-12,1	-15,6	12,1
<i>por memória:</i>					
PIB da área do euro (taxa de crescimento homólogo real, %)	1,9	1,3	-6,5	-8,8	6,1
<b>Contributos para o crescimento real do PIB (p.p.)</b>					
Procura interna	3,1	3,0	-5,5	-7,3	5,5
Procura externa líquida	-0,3	-0,3	-2,9	-3,0	-1,2

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, Eurostat.

O consumo privado aumentou 4,7% em termos reais, face ao primeiro semestre de 2020, após uma quebra de 9% nesse período. Esta evolução foi impulsionada pelo crescimento das despesas das famílias em bens duradouros (aumentaram 11,5%, após uma retração de 14,3%) e em bens correntes não alimentares e serviços, que cresceram 4,6% (-12,3% no primeiro semestre de 2020), enquanto a componente de bens alimentares desacelerou de 4,9% para 2,6%.

Refira-se que, no segundo trimestre de 2021, observou-se uma inflexão na taxa de poupança das famílias, que diminuiu em resultado de um aumento do consumo superior ao do rendimento disponível.

O consumo público aumentou 5,9% em termos homólogos reais no primeiro semestre, após uma redução de 1,5% em igual período do ano anterior, altura em que se refletiu o impacto negativo das medidas de confinamento, que levou ao encerramento de vários serviços públicos, na produção não mercantil em volume.

O investimento (FBCF) registou um crescimento homólogo real de 7,6% no primeiro semestre (-5,4% em igual período de 2020), beneficiando de um dinamismo nas principais componentes. O investimento em equipamento de transporte e em outras máquinas e equipamentos aumentou,



respetivamente, 7% e 17,5% (-31,1% e -12,9% em igual período de 2020), enquanto o investimento em construção acelerou de 0,4%, no primeiro semestre de 2020, para 3,2% na primeira metade de 2021.

### **3.2.2. Forte recuperação das exportações e contributo menos negativo da procura externa líquida**

No primeiro semestre, o contributo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB foi negativo, em resultado de um aumento das importações superior ao das exportações. Face a igual período de 2020, observou-se uma evolução positiva com o contributo da procura externa líquida a passar de -3 pp para -1,2 pp.

Refletindo a recuperação económica nos principais parceiros comerciais, as exportações de bens e serviços em volume aumentaram 9,8%, em termos homólogos, após uma redução expressiva no primeiro semestre de 2020 (- 22,3%). Este comportamento ficou a dever-se ao aumento das exportações de bens (19%), enquanto as exportações de serviços continuaram a diminuir, ainda que a um ritmo menos intenso (-13,1%, após uma redução de 29,9% no primeiro semestre de 2020).

Em linha com a recuperação da procura global, as importações de bens e serviços em volume aumentaram 12,1%, em termos homólogos, no primeiro semestre, após uma redução de 15,6% em igual período de 2020. Esta evolução resultou de um aumento das importações de bens (14,2%) e de serviços (0,9%).

De acordo com os dados do comércio internacional disponíveis para julho, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas nominais de 11,7% e 21,4%, respetivamente. Face a julho de 2019, verificaram-se variações de 4,1% e -2%, respetivamente, o que, em parte, reflete aumentos dos respetivos preços implícitos em 2021, associados nomeadamente aos bens energéticos e a outras matérias-primas.

### **3.2.3. Evolução positiva do mercado de trabalho**

A recuperação da economia no primeiro semestre de 2021 foi acompanhada de um aumento da população ativa (2,3%, em termos homólogos), para o qual contribuiu o aumento do número de





peçoas empregadas (1,5 pp), assim como o aumento da população desempregada (0,8 pp), refletindo a reentrada de indivíduos desencorajados no mercado de trabalho.

O emprego teve uma evolução particularmente positiva, com um aumento de 1,6% no primeiro semestre de 2021 e situando-se, no segundo trimestre deste ano, no nível mais elevado desde o segundo trimestre de 2009. Este resultado deve-se em muito à natureza invulgar da crise económica provocada pela pandemia, assim como às medidas de apoio ao emprego adotadas pelo Governo ao longo de 2020 e 2021. Nos meses em que a atividade económica esteve mais limitada, nomeadamente em maio de 2020 e em fevereiro de 2021, chegaram a estar sob esquemas de apoio ao emprego perto de meio milhão de trabalhadores.

**População ativa, emprego e desemprego**  
(milhares, taxa de variação homóloga, percentagem)

	2018	2019	2020	2020				2021	
				I	II	III	IV	I	II
<b>População ativa</b>									
População ativa (tvh, %)	0,6	0,6	-1,6	0,0	-4,4	-1,3	-0,7	-1,0	5,7
Taxa de atividade (%)	58,7	58,9	57,8	58,4	56,0	58,2	58,5	58,0	59,3
<b>Emprego</b>									
População empregada (milhares)	4 718,7	4 776,2	4 683,7	4 744,2	4 601,6	4 658,4	4 730,6	4 681,6	4 810,5
Emprego total (tvh, %)	2,8	1,2	-1,9	0,1	-3,6	-3,1	-1,2	-1,3	4,5
Emprego por ramos de atividade									
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5,3	-8,8	-3,6	-3,4	-0,8	-10,7	1,0	-7,7	-5,9
Indústria, construção, energia e água	2,7	0,3	-1,6	-1,6	-3,3	-1,5	-0,1	-1,6	3,2
Serviços	2,7	2,0	-2,0	0,9	-3,9	-3,3	-1,6	-1,0	5,4
<b>Desemprego</b>									
População desempregada (milhares)	365,8	339,5	350,8	348,1	278,4	403,5	373,2	360,1	345,7
Desemprego de longa duração (%)	43,6	42,7	33,2	37,3	29,9	31,0	34,6	33,5	44,7
Taxa de desemprego (%)	7,2	6,6	7,0	6,8	5,7	8,0	7,3	7,1	6,7
Taxa desemp. jovens (dos 16 aos 24 anos)	20,3	18,3	22,5	19,7	19,9	26,3	24,3	24,1	23,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito Trimestral ao Emprego.

Em termos do crescimento do emprego observado no segundo trimestre de 2021, o setor dos serviços, em particular os serviços menos afetados pelas medidas restritivas de distanciamento social, foi o que mais contribuiu para o aumento do emprego (registou uma variação homóloga de 2,2%), seguido da indústria, com um crescimento homólogo do emprego de 0,8%.

### 3.2.4. Aumento moderado dos preços no consumidor

Tendo presente que choques na oferta e na procura têm efeitos contrários a nível dos preços, constata-se que, no período mais recente, com a redução da pressão sobre a procura, a redução



João Carlos

Alf

## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

da oferta determina o aumento de preços. Os preços no consumidor registaram, em termos médios, uma evolução ascendente ao longo de 2021, contrastando com a tendência de abrandamento observada nos últimos anos.

Em setembro, de acordo com a estimativa rápida do INE, o índice de preços no consumidor (IPC) terá registado uma variação homóloga de 1,5%, que compara com 0,8% e 0,4%, no segundo e primeiro trimestres, respetivamente. Em termos de variação média dos últimos doze meses, a taxa de inflação terá ascendido a 0,6% (variação nula no conjunto do ano de 2020). Para esta evolução foi determinante a aceleração dos preços dos produtos energéticos, que se estima terem aumentado em setembro, em termos homólogos, 10,4% (9% e -1,7%, no segundo e primeiro trimestres, respetivamente), enquanto o índice de preços referente aos produtos alimentares não transformados terá diminuído 0,3%.

Por classes de despesa, são de destacar os aumentos homólogos das classes da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, e dos transportes.

**Preços no consumidor**  
(taxa de variação homóloga em percentagem)

	2018	2019	2020	2020				2021	
				I	II	III	IV	I	II
<b>IPC</b>									
IPC total	1,0	0,3	0,0	0,4	-0,3	0,0	-0,2	0,4	0,8
Bens	0,5	-0,3	-0,5	-0,1	-1,4	-0,2	-0,4	0,4	1,8
Alimentares não transformados	0,6	0,9	4,0	2,4	5,6	4,4	3,7	1,5	-0,4
Energéticos	4,7	-1,8	-5,0	0,1	-9,3	-5,3	-5,6	-1,7	9,0
Serviços	1,7	1,2	0,7	1,2	1,4	0,2	0,1	0,5	-0,7
IPC subjacente *	0,7	0,5	0,0	0,2	-0,1	-0,1	-0,1	0,5	0,2
<b>IHPC</b>									
Portugal	1,2	0,3	-0,1	0,5	-0,2	-0,4	-0,4	0,2	-0,1
Área do euro	1,8	1,2	0,3	1,1	0,2	0,0	-0,3	1,1	1,8
Diferencial (p.p.)	-0,6	-0,9	-0,4	-0,6	-0,4	-0,3	-0,1	-0,9	-1,9

Nota: \* Índice total, excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Eurostat.

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou igualmente uma tendência ascendente. Em setembro de 2021, o IHPC terá registado uma variação homóloga de 1,3%, situando-se a variação média dos últimos 12 meses em 0,2%.

Apesar do comportamento ascendente do IHPC em Portugal, este tem sido inferior à média da União Europeia, em particular em relação ao IHPC em Espanha (3,4% e 4%, respetivamente, em





Santa Casa da Misericórdia da Guarda

setembro). Este diferencial, que se acentuou em 2021, reflete, em parte, diferenças substanciais na evolução dos preços da eletricidade paga pelos consumidores finais. Com efeito, desde o início de 2021, tem-se verificado um aumento significativo dos preços da energia nos mercados grossistas, em consequência da conjugação de uma alteração na estrutura de produção (que se traduz na redução de produção em centrais hidroelétricas e no aumento da produção em centrais geradoras a gás natural), com o significativo aumento dos preços dos combustíveis derivados do petróleo e das licenças de emissão de CO<sub>2</sub>.

### **3.2.5. Redução das necessidades de financiamento da economia**

No primeiro semestre de 2021, a economia portuguesa apresentou necessidades de financiamento (medidas pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital) equivalentes a 0,7% do PIB, inferiores em 0,6 pp ao registado em igual período do ano anterior, refletindo a melhoria no saldo da balança corrente.

Nos primeiros seis meses de 2021, o défice da balança de bens e serviços aumentou, em comparação com igual período do ano passado. A redução do défice da balança de bens foi insuficiente para compensar a redução do excedente da balança de serviços, que foi essencialmente determinada pelo decréscimo do saldo da componente de viagens e turismo.

A melhoria no saldo da balança corrente decorreu do comportamento da balança de rendimentos. Nos primeiros seis meses do ano, o défice da balança de rendimentos primários diminuiu devido principalmente ao menor pagamento de juros ao exterior. Por sua vez, o excedente da balança de rendimentos secundários aumentou, refletindo o acréscimo dos fundos europeus recebidos sob a forma de cooperação internacional corrente.

O excedente da balança de capital diminuiu na primeira metade do ano, em consequência da redução das ajudas ao investimento recebidas da União Europeia, por comparação com igual período de 2020.

Os dados mais recentes, disponíveis para julho, revelam que:

- A economia portuguesa apresentou capacidade de financiamento de 256 milhões de euros nos primeiros sete meses do ano
- Em julho, Portugal recebeu cerca de 1100 milhões de euros do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, provenientes da devolução da margem financeira retida em 2011



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, recebimento que determinou o aumento do excedente da balança de capital

- O recebimento de mais fundos europeus contribuiu para o aumento do excedente da balança de rendimentos secundários e para uma redução do défice da balança de rendimentos primários.

### **3.3. Perspetivas Macroeconómicas para 2022**

#### **3.3.1. Hipóteses Externas**

As projeções mais recentes das instituições internacionais (OCDE e BCE) apontam para a continuação de uma forte expansão da atividade económica mundial em 2022. De acordo com a OCDE, prevê-se que o PIB mundial cresça 4,5% em 2022 (5,7% em 2021), mais 0,2 pp face ao previsto nas projeções de maio de 2021, em resultado da revisão em alta do crescimento esperado nas economias dos EUA e da área do euro (Espanha e Alemanha).

Estas previsões, para além de continuarem rodeadas de uma incerteza elevada, associada à evolução da pandemia de COVID-19, evidenciam uma recuperação desigual entre as economias avançadas e os países emergentes, devendo a retoma destes últimos, com exceção da China, ser mais lenta devido ao atraso nos planos de vacinação e da menor capacidade orçamental destes países face às economias avançadas em apoiar as empresas e as famílias.

No que concerne à área do euro, é expetável que o PIB possa crescer 4,6% em 2022, de acordo com o BCE e a OCDE (5% e 5,3% em 2021, respetivamente), refletindo a retoma da economia mundial, que resulta num forte crescimento das exportações, o regresso ao contributo positivo das exportações líquidas para o crescimento real do PIB e ganhos de quota de mercado. Adicionalmente, é esperada a dissipação gradual dos estrangulamentos existentes do lado da oferta de bens intermédios e um reforço do investimento impulsionado pelo plano de recuperação europeu (Next Generation EU) e pelo orçamento de longo prazo da União Europeia. Neste enquadramento, após uma quebra significativa da procura externa relevante para Portugal em 2020, registou-se uma recuperação significativa das importações da área do euro no conjunto do primeiro semestre de 2021, nomeadamente dos principais parceiros comerciais (Espanha, França e Alemanha), devido ao crescimento robusto no segundo trimestre, associado à





reabertura das economias. De facto, as importações de bens e serviços em volume da área do euro aumentaram 7,2%, em média, em termos homólogos, no conjunto dos seis primeiros meses de 2021 (-9% no ano de 2020), com aumento de quase 16% em Espanha (-15,2% em 2020). Para 2022, projeta-se a continuação de um forte crescimento da procura externa dirigida a Portugal, com destaque para um forte crescimento das importações dos principais parceiros comerciais de Portugal.

De acordo com as expetativas implícitas nos mercados de futuros, o preço do petróleo deverá situar-se em torno de 68 USD/bbl (57€/bbl) em 2022, valor próximo ao estimado para 2021, num cenário de continuação de um forte crescimento da procura mundial, em conjugação com a retoma gradual da oferta da OPEP ao longo desse ano, a qual foi sujeita a cortes de produção significativos desde o surgimento da pandemia.

Quanto aos preços das matérias-primas não energéticas, prevê-se um crescimento mais moderado em 2022 relativamente a um aumento muito acentuado em 2021.

Num contexto de prosseguimento de uma política monetária muito acomodatória, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo se mantenham em valores negativos durante um período mais prolongado do que inicialmente previsto, devido, em parte, à revisão da estratégia do Banco Central Europeu (após 18 anos) no início de julho de 2021, quanto à orientação futura das taxas de juro (*forward guidance*) ajustada à nova meta de inflação de 2%.

### **3.3.2. Cenário Macroeconómico**

Em 2021, o governo estima que a economia portuguesa cresça 4,8%, 0,8 pp acima do estimado no Programa de Estabilidade (PE) em abril passado, resultado de uma melhoria mais acentuada generalizada a todas as componentes do PIB, com destaque para o consumo privado. O crescimento do PIB para 2021 tem associado um contributo muito positivo da procura interna (5,2 pp), resultado de um aumento do dinamismo do consumo privado e do investimento, parcialmente atenuado pelo contributo da procura externa líquida (-0,4 pp), fruto das importações registarem um crescimento superior ao crescimento esperado para as exportações. Para o ano de 2022, o governo prevê uma aceleração da economia portuguesa, com um crescimento real de 5,5% face ao crescimento estimado de 4,8% para 2021. Esta evolução decorre, em larga medida, da aceleração significativa do investimento face a 2021 (mais 2,9 pp),



*Inf. 4.1*  
*[Signature]*

## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

bem como das exportações (mais 1,2 pp), que se espera que registem um crescimento superior ao das importações.

O crescimento de 8,1% no investimento (FBCF) resulta do forte contributo do investimento público, refletindo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), assim como do investimento privado, fruto da melhoria das expectativas relacionadas com a recuperação económica global e o fim das restrições sanitárias

O crescimento antecipado para a área do euro para o próximo ano irá refletir-se no crescimento da procura externa, o que irá estimular as exportações de bens e serviços em 2022, prevendo-se uma aceleração do crescimento das mesmas para 10,3% face ao verificado em 2021 (9,1%). Este aumento pressupõe uma recuperação do setor do turismo, um dos setores mais penalizados pelas restrições impostas pela pandemia. As importações deverão crescer 8,2%, em linha com a evolução da procura global.

Ao nível do mercado de trabalho, o governo estima que o emprego cresça 1,8% e 0,8% em 2021 e 2022, respetivamente, resultando na diminuição da taxa de desemprego para 6,8% em 2021 e para 6,5% em 2022, prevendo-se deste modo um valor ligeiramente inferior ao verificado no período pré-pandémico (2019).

### **4. Análise da Atividade da Instituição**

#### **4.1. Rendimentos e Gastos**

A Santa Casa continua a apresentar uma estrutura financeira e económica sólida. Verifica-se que o ativo corrente (1 810 757,37 Euros) é amplamente superior ao passivo efetivo (1 305 163,40 Euros) situação que revela uma ampla capacidade de honrar os compromissos de curto prazo.

O resultado líquido, no período de 2021 foi negativo em 253 662,73 Euros, piorando o resultado obtido no período de 2020, também negativo de 99 777,82. Os resultados obtidos, resultam de uma diminuição dos rendimentos obtidos através de vendas na farmácia e da diminuição do número de utentes, (590 em 2020, face a 531 em 2021), de que resultou uma diminuição, destas rubricas, de 2020 para 2021 de 153 545,42 euros. Contudo, importa referir que o ano de 2021 apresenta 100% do período de atividade em situação de Pandemia Covid-19, situação que





*João F. Silva*  
*[Signature]*

## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

implicou o encerramento de respostas sociais ligadas à infância e à diminuição do número de utentes nas respostas sociais associados à terceira idade, com a consequente redução da receita que resulta da cobrança de mensalidades junto das famílias, pois também estas foram fortemente afetadas pelas circunstâncias da pandemia. Ainda assim, procurou-se ajustar a atividade da Instituição em função da menor procura, mas sempre com exigência e zelo em relação às normas emitidas pela DGS (direção Geral de saúde) de modo a mitigar qualquer fonte de contágio em utentes e trabalhadores.

Os gastos do ano de 2021 ascendem a 4 289 426,27 Euros (contra 4 252 074,92 Euros verificados em 31-12-2020), facto que significa um aumento de 37 351,35 Euros, face a igual período do ano de 2020, essencialmente, devido ao aumento de 124 620,86 Euros da rubrica Gastos com o Pessoal, como consequência do aumento do salário mínimo nacional por um lado e da pandemia por outro lado, esta segunda tem dois fatores que a explicam, primeiro a realização de horários espelho nos lares e na UCC, que levou ao pagamento, quando a lei o exige, de trabalho extraordinário, segundo tiveram que ser reforçadas as equipas de trabalho tanto nos lares como na UCC.

As rubricas de maior significado correspondem aos “Gastos com o Pessoal” (60,72% do total dos gastos), cujo valor ascende a 2 604 500,22 Euros (mais 124 620,86 Euros que em 2020, representando um aumento de 5,03%), o “custo das existências vendidas e consumidas” no valor de 823 506,31 Euros (19,20% do total dos gastos) e que representa uma diminuição de 162 481,8 Euros face ao verificado em 2020. A outra componente significativa dos gastos é representada pelos “Fornecimentos e serviços externos” no valor de 657 657,31 Euros (15,33% do total dos gastos) e que, face a 2020, apresenta um aumento de 56 087,39 Euros, resultando um aumento de 9,32%, em termos relativos.

No “Custo das existências consumidas” encontram-se incluídos 432 201,82 Euros que correspondem ao custo das vendas da farmácia (contra 523 493,82 Euros verificados em 2020), sendo que as vendas da farmácia totalizam, em 2021, 631 407,36 Euros contra 674 167,67 Euros verificados em 2020, verificando-se uma diminuição de 6,34%.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Ao nível dos rendimentos e ganhos são de destacar as receitas obtidas associadas ao débito aos utentes das mensalidades e comparticipações obtidas de organismos oficiais no âmbito dos acordos existentes e que somam 3 211 494,14 Euros (contra 3 357 561,50 Euros verificados em 2020), representando uma diminuição de 4,35%.

Os rendimentos obtidos associados a arrendamentos atingem o montante de 99 391,20 Euros em 2021, quando no ano de 2020 foram de 92 422,30 Euros, verificando-se assim um aumento de 6 968,90 Euros (menos 7,54%).

No que se refere à obtenção de juros, em 2021 foi obtido o montante de 106,46 Euros quando no ano de 2020 foram obtidos 306,50 Euros.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

#### 4.2. Resultados Por Valência

CONTAS	GLOBAL	ADM	IGR	MORT	FARM	UCC	CD	LG	LV	ATL	CJI	CMSJG	PEA
Vendas e serviços prestados	1 693 926	9 033	0	410	631 407	103 609	15 395	356 810	388 165	21 078	79 405	87 933	682
Subsídios, doações e legados à exploração	2 148 976	9 936	0	0	0	1 026 884	22 033	97 572	372 834	18 709	168 897	425 293	6 818
Variação nos inventários da produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias cons	-823 506	-67	0	0	-432 224	-159 568	-5 872	-72 869	-123 153	-5 845	-20 314	-199	-3 395
Fornecimentos e serviços externos	-657 657	-64 390	-15 788	-353	-7 000	-226 377	-10 245	-91 118	-177 432	-12 818	-25 626	-26 190	-320
Gastos com o pessoal	-2 604 500	-139 745	-22 694	0	-89 780	-679 784	-35 595	-419 737	-509 304	-47 783	-182 946	-469 850	-7 282
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-9 614	-7 851	0	0	0	-1 763	0	0	0	0	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	-700	0	0	0	0	-700	0	0	0	0	0	0	0
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/reversões)	-934	-934	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	192 756	103 618	11 215	0,0	5 711	49 261	11 094	3 957	10	3 758	4 132	0	0
Outros gastos e perdas	-46 347	-37 966	0	0	-7 663	-3 100	468	-4 000	-4 505	1 033	-42	9 428	0
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de finan</b>	<b>-107 602</b>	<b>-128 366</b>	<b>-27 268</b>	<b>57</b>	<b>100 451</b>	<b>108 460</b>	<b>-2 723</b>	<b>-129 386</b>	<b>-53 384</b>	<b>-21 867</b>	<b>23 506</b>	<b>26 415</b>	<b>-3 497</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-144 228	-28 702	-6 281	0	-1 029	-39 964	-6 062	-17 832	-16 503	-14 976	-7 858	-5 009	-12
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financi</b>	<b>-251 829</b>	<b>-157 068</b>	<b>-33 549</b>	<b>57</b>	<b>99 422</b>	<b>68 496</b>	<b>-8 785</b>	<b>-147 217</b>	<b>-69 888</b>	<b>-36 843</b>	<b>15 648</b>	<b>21 406</b>	<b>-3 509</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	106	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	-1 940	-125	-17	0	-66	-499	-26	-308	-376	-35	-134	-350	-3
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-253 663</b>	<b>-157 086</b>	<b>-33 565</b>	<b>57</b>	<b>99 356</b>	<b>67 997</b>	<b>-8 811</b>	<b>-147 526</b>	<b>-70 264</b>	<b>-36 878</b>	<b>15 514</b>	<b>21 056</b>	<b>-3 512</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-253 663</b>	<b>-157 086</b>	<b>-33 565</b>	<b>57</b>	<b>99 356</b>	<b>67 997</b>	<b>-8 811</b>	<b>-147 526</b>	<b>-70 264</b>	<b>-36 878</b>	<b>15 514</b>	<b>21 056</b>	<b>-3 512</b>





Santa Casa da Misericórdia da Guarda

## Evolução dos Resultados Líquidos por Valência 2020 e 2021



■ 2020 ■ 2021





## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

### **4.2.1. Administração**

A administração tem, essencialmente, como proveitos, as rendas de edifícios e terrenos, os juros dos depósitos a prazo e as quotizações dos irmãos. Como custos, são de destacar, os gastos com o pessoal dos serviços administrativos e os fornecimentos e serviços externos inerentes aos mesmos serviços. O resultado desta valência são 157 085,97 Euros de prejuízo no ano de 2021, podendo verificar-se que esse resultado negativo representa uma diminuição de 3 754,70 euros relativamente ao ano de 2020, representando em termos percentuais uma diminuição do prejuízo em 2,33%.

### **4.2.2. Igreja**

A Igreja tem como receita as esmolas e como principais despesas os gastos com o pessoal e com o aquecimento da Igreja. O resultado de 2021, nesta valência, é deficitário em 33 565,30 Euros, mais 963,09 Euros, de prejuízo, em relação ao resultado do ano de 2020.

### **4.2.3. Mortuária**

A Mortuária tem como principal receita a utilização da Mortuária e como principais custos a água e a eletricidade e apresenta um resultado positivo, em 2021, de 56,60 Euros, representando um aumento de 90,27%.

### **4.2.4. Farmácia**

As vendas da Farmácia em 2021 ascenderam a 631 407,36 Euros, verificando-se uma diminuição de 6,35% relativamente a 2020 e os descontos de pronto pagamento obtidos foram de 2 591,79 Euros. Os Custos das Mercadorias vendidas foram de 432 224,17 euros e os custos com o pessoal foram de 89 780,21 Euros, representando um aumento de 10 760,79 Euros, em relação a 2020. O lucro da Farmácia, em 2021, foi de 99 335,91 euros, tendo aumentado 82,73% relativamente a 2020.

### **4.2.5. Unidade de Cuidados Continuados**

As prestações de serviços, em 2021, perfizeram o valor de 103 609,30 Euros, contrastando com o valor de 2020, que foi de 96 478,44 euros, tendo tido um aumento de 7,39%, os subsídios à exploração somaram o valor 1 026 883,89 Euros, representando uma diminuição de 87 471,08



## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Euros comparando com 2020. Quanto aos custos, são de destacar os gastos com o pessoal no valor de 679 783,91 Euros, aumentando, em relação a 2020, em 10,22%, os custos das mercadorias vendidas com 159 568,42 Euros e os fornecimentos e serviços externos com 226 377,43 Euros. O lucro, em 2021, desta valência, foi de 67 996,82 Euros, sendo que em 2020 esse resultado era de 201 867,11 Euros, verificando-se uma diminuição do resultado em 66,32%.

### 4.2.6. Centros de Dia

Com uma média de 15 utentes em 2021, face a 25 utentes em 2020, os Centros de Dia obtiveram um prejuízo de 8 811,14 Euros, em 2021, diminuindo o prejuízo, em 71,58%, relativamente a 2020.

### 4.2.7. Lar na Guarda

A média de utentes foi de 46. Quanto às vendas e prestações de serviços do Lar na Guarda, em 2021, foram de 356 809,59 Euros que significaram uma diminuição de 21,18% em relação a 2020. Os subsídios à exploração diminuíram 10,40%, face ao ano de 2020 e perfizeram o valor de 97 571,55 Euros. Quanto aos custos, são de destacar os gastos com o pessoal com 419 737,24 Euros que significaram uma diminuição de 0,81%, em relação a 2020, onde foram de 423 160,46 Euros, os fornecimentos e serviços externos com 91 117,54 Euros, aumentaram 14,17% e os custos das mercadorias vendidas, no ano de 2021, foram de 72 868,93 Euros diminuindo em 32,85%. O Lar na Guarda, no ano de 2021, teve um resultado negativo de 147 525,70 Euros.

### 4.2.8. Lar na Vela

Com uma média anual de 88 utentes, as vendas e prestações de serviço do Lar na Vela, em 2021, perfizeram 388 164,82 Euros, ou seja, menos 16 886,44 Euros do que no ano de 2020, representando um decréscimo de 4,17%. Os subsídios à exploração aumentaram 3 598,89 Euros face ao ano de 2020 e atingiram os 372 834,36 euros em 2021. No que diz respeito aos custos, são de destacar os Gastos com o Pessoal no valor de 509 304,16 Euros que representa um aumento 9,69%, em relação a 2020, ano em que totalizou o valor de 464 305,59 Euros, os Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de 177 431,64 Euros, tiveram um aumento de 28,20% e os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, em 2021, totalizaram o valor de 123 152,97 Euros, representando uma diminuição de 12,91%. Em 2021, o Lar na Vela teve um resultado líquido





## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

negativo de 70 263,88 Euros, representando uma diminuição dos resultados positivos de 540,85% em relação ao ano de 2020.

### **4.2.9. Programa de Emergência Alimentar**

Neste Programa, em 2021, é de destacar, do lado dos proveitos, o subsídio da Segurança Social no valor de 6 817,50 Euros que representa uma diminuição de 14,62%. No ano de 2021 o resultado líquido negativo foi de 3 511,65 Euros.

### **4.2.10. Creche e Jardim de Infância**

A Creche e Jardim de Infância apresenta, em 2021, um saldo positivo de 15 513,84 Euros, tendo aumentado, no sentido positivo, em 160,67%, relativamente a 2020. Esse resultado deve-se essencialmente ao aumento do número de utentes participados pela Segurança Social. Os gastos com o pessoal, que foram de 182 945,57 Euros em 2021, aumentaram em 15 426,00 Euros, em relação a 2020, sendo esse aumento, em termos percentual, de 9,21%. Em 2021, as vendas e prestações de serviço aumentaram 11,30% e os subsídios à exploração aumentaram 24,72%, em relação ao ano de 2020, o aumento do número de utentes apoiados por parte da Segurança Social fez a diferença de forma positiva nos resultados desta valência.

### **4.2.11. Centro de Atividades e Tempos Livres**

O Centro de Atividades e Tempos Livres apresenta, em 2021, um prejuízo de 36 878,07 Euros, representando uma diminuição dos resultados de 19,68%, em relação a 2020, ano em que o resultado negativo foi de 45 914,53 Euros. Esta diminuição do resultado líquido negativo, justifica-se, essencialmente, pela diminuição da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, devido à diminuição da rubrica de obras de conservação e reparação efetuadas em 2020, mas que não se verificaram em 2021 até pela própria natureza das mesmas.

### **4.2.12. Conservatório de Música de São José da Guarda**

O Conservatório, no ano de 2021, viu o seu resultado líquido positivo aumentar em 28 829,95 Euros, passando dos 7 774,14 Euros negativos, verificados em 2020, para os 21 055,81 Euros positivos em 2021. Este inverter de resultados, em grande parte, justifica-se pelo aumento dos





## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

subsídios, doações e legados à exploração que aumentaram em 44 493,33 Euros face ao ano de 2020.

### **4.2.13. Análise Global**

Fazendo uma análise global às contas da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, pode-se concluir que os resultados líquidos verificados em 2021, com um valor negativo de 253 662,73 Euros, em comparação aos resultados negativos de 2020, no valor de 99 777,82 Euros, se deve quase exclusivamente à pandemia Covid-19.

### **4.3. Ativo, passivo e situação líquida**

A Rubrica créditos a receber, que representa a dívida de clientes e utentes, apresenta em 2021 o valor de 78 512,02 Euros e representa um aumento de 13 204,53 Euros, em termos absolutos, e 20,22%, em termos relativos, face ao verificado em 2020.

A Rubrica “Outros ativos correntes” apresenta um saldo de 483 889,02 Euros, menos 248 644,13 Euros face a 2020, apresentando uma diminuição de 33,94%.

Quanto aos meios financeiros líquidos, em 2021, os mesmos eram de 976 410,98 Euros e diminuíram 154 917,89 Euros, em relação a 2020.

No que diz respeito ao Ativo não corrente este está registado por um valor de 4 357 477,79 Euros, tendo aumentado em 536 284,86 Euros comparativamente a 2020, apresentando um aumento relativo de 14,03%.

Ao nível do passivo corrente este passou de 1 258 852,84 Euros, em 2020, para 1 305 163,40 Euros em 2021, essencialmente devido ao aumento da rubrica Outros Passivos Correntes.

O Total dos fundos patrimoniais passou de 4 660 489,58 Euros em 2020 para 4 382 465,94 Euros em 2021.

### **4.4. Participações Financeiras**

A Santa Casa da Misericórdia detém, registadas ao custo histórico, as seguintes participações:



## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

- 49 878,00 Euros no Banco Português de Gestão;
- 124 699,47 Euros na TVI, SA;
- 500,00 Euros na Cooprofar Farmácia - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia;
- 200,00 Euros na Farminveste 2 SGPS, Unipessoal, Lda.

### **4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não tem vindo a efetuar atividades relacionadas com investigação e desenvolvimento.

### **4.6. Principais riscos e incertezas**

A atividade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda está diretamente dependente das políticas do Estado no âmbito dos Ministérios da Segurança Social, da Educação e da Saúde tanto sob a perspetiva económica como financeira. A existência de financiamentos contratados irá impender sobre o ano de 2022 uma vez que se encontram em curso obras de remodelação do lar na Guarda, sendo o mesmo objeto de uma candidatura a financiamento comunitário.

Estamos convictos de que a Instituição está em condições de superar a situação da pandemia, sendo expectável algumas alterações significativas face ao verificado em 2021. Esta possível recuperação económica poderá ser revertida pela guerra na Ucrânia, que a continuar, poderá lançar o mundo numa espiral de recessão económica.

### **4.7. Questões ambientais**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda cumpre a legislação aplicável ao seu sector, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais. No que diz respeito ao serviço de tratamento de resíduos sólidos hospitalares perigosos, o mesmo é assegurado pela empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.



## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

### **4.8. Questões relativas a trabalhadores**

Os Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontram-se afetos à Instituição em cumprimento da convenção coletiva de trabalho aplicável ao seu sector e em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho. A política salarial é definida pela Exma. Mesa Administrativa tendo por base o cumprimento do normativo legal e o desempenho verificado.

### **4.9. Existência de Sucursais**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não dispõe de qualquer sucursal ou filial.

### **4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e à Autoridade Tributária, apresentando a situação contributiva devidamente regularizada.

### **4.11. Gestão de Riscos Financeiros**

A existência de riscos financeiros será sempre uma situação importante em qualquer entidade. Contudo, considerando que financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Guarda não depende de terceiros e que as entidades clientes apresentam situação financeira estável. A entidade dispõe de condições financeiras adequadas para cumprir os seus compromissos de curto e de médio e longo prazo.

### **4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais**

Não se verificaram negócios entre a Instituição Particular de Solidariedade Social e os seus Órgãos Sociais.

### **4.13. Rácios**

**Autonomia Financeira** = Fundos Patrimoniais/Ativo = 0,71

O ativo da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontra-se a ser financiado por capitais próprios da Instituição em 71%, o que revela uma boa autonomia financeira por parte da mesma.





Santa Casa da Misericórdia da Guarda

**Solvabilidade Geral** = Fundos Patrimoniais/Passivo= 2,45

A Instituição tem uma ótima solvabilidade, ou seja, capacidade de solver as suas obrigações.

**Prazo Médio de Recebimentos** = 17 dias

O prazo médio de recebimento das Vendas e Prestações de Serviço da Misericórdia é de 17 dias.

**Prazo Médio de Pagamentos** = 67dias

O prazo médio de pagamentos foi, no ano de 2021, de 67 dias.

#### **5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício**

Não existem factos ocorridos após o termo do exercício que impliquem referência adicional ou justifiquem informação/alteração das Demonstrações Financeiras.



## Santa Casa da Misericórdia da Guarda

### 6. Evolução Futura

No próximo exercício pretende-se continuar a modernização e renovação do Lar da Guarda de modo a oferecer as melhores condições a todos os utentes da Instituição e utilização dos recursos internos.

De acordo com as regras de boa gestão que sempre são seguidas, permanecerá o esforço de contenção de custos e aposta na otimização dos recursos já existentes, procurando obter sinergias entre as valências da Instituição.

Contudo, no atual contexto económico, embora nos debatamos com escassez de recursos, considerando igualmente os cortes que têm sido efetuados no setor social pelo Estado em função das suas políticas restritivas e transversais a todos os setores da sociedade, tudo faremos para manter as respostas sociais e outras da Instituição nos atuais padrões, assim como nos mantermos como uma Instituição de referência do distrito.

### 7. Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Guarda encerrou as contas relativas a 2021 com Resultado Líquido negativo, no montante de 253 662,73 Euros (duzentos e cinquenta e três mil seiscientos e sessenta e dois euros e setenta e três cêntimos), propõe-se que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta “Resultados Transitados”.

A Mesa Administrativa

**Santa Casa da Misericórdia da Guarda**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Contribuinte: 500876550**  
**Moeda: (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3, 7	4 308 465,04	3 774 041,51
Bens do património histórico e artístico e cultural	3, 7	1 208,21	1 208,21
Ativos intangíveis	3, 6	20 054,15	20 109,89
Investimentos financeiros	3, 16.1	27 750,39	25 833,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		4 357 477,79	3 821 192,93
Activo corrente			
Inventários	3, 10	214 395,05	113 627,44
Créditos a receber	3, 16.3	78 512,02	65 307,49
Estado e outros entes públicos	3, 16.10	30 723,98	20 060,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3, 16.2	22 130,00	26 141,00
Diferimentos	3, 16.5	4 696,32	9 151,18
Outros ativos correntes	3, 16.4	483 889,02	732 533,15
Caixa e depósitos bancários	3, 4, 16.7	976 410,98	1 131 328,87
		1 810 757,37	2 098 149,49
Total do ativo		6 168 235,16	5 919 342,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	2, 16.8	5 290 114,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	2, 16.8	-1 187 227,66	-1 087 449,84
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 16.8	533 242,33	557 603,24
		4 636 128,67	4 760 267,40
Resultado líquido do período		-253 662,73	-99 777,82
Total dos fundos patrimoniais		4 382 465,94	4 660 489,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3, 12	700,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		479 905,82	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		480 605,82	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3, 16.9	289 791,36	318 838,17
Estado e outros entes públicos	3, 16.10	117 959,18	130 611,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3, 16.7	0,00	0,00
Diferimentos	3, 16.5	289 595,14	333 678,62
Outros passivos correntes	3, 16.11	607 817,72	475 724,81
		1 305 163,40	1 258 852,84
Total do passivo		1 785 769,22	1 258 852,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 168 235,16	5 919 342,42

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e Serviços prestados	3, 11	1.693.925,89	1.847.471,31
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 13, 16.1	2.148.975,61	2.184.257,86
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3, 10	-823.506,31	-985.988,11
Fornecimentos e serviços externos	3, 16.14	-657.657,31	-601.569,92
Gastos com o Pessoal	3, 14	-2.604.500,22	-2.479.879,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3, 16.3	-9.614,31	-131,71
Provisões (aumentos/reduções)	3, 12	-700,00	-2,16
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		-933,90	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	3	0,00	0,00
Outros rendimentos	3, 16.15	192.755,58	120.261,43
Outros gastos	3, 16.1, 16	-46.346,79	-32.443,02
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-107.601,76</b>	<b>51.976,32</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 6, 7	-144.227,50	-142.306,03
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-251.829,26</b>	<b>-90.329,71</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	3, 16.17	106,46	306,50
Juros e gastos similares suportados	3, 16.17	-1.939,93	-9.754,61
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-253.662,73</b>	<b>-99.777,82</b>
Imposto estimado para o período	3	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-253.662,73</b>	<b>-99.777,82</b>

A Mesa Administrativa

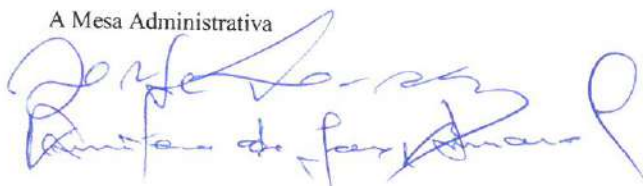
Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia da Guarda  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS		
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3, 16	3 869 040,08	4 024 282,23
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3, 16	-1 614 795,95	-1 485 044,69
Pagamentos ao pessoal	3, 14, 16	-2 569 701,85	-2 508 497,42
Caixa gerada pelas operações		-315 457,72	30 740,12
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	3, 16	221 727,83	-89 949,50
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-93 729,89	-59 209,38
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3, 6, 7	-536 430,66	-42 914,60
Ativos intangíveis		0,00	-101,65
Investimentos financeiros	3, 16	-6 343,88	-4 100,94
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		3 514,19	21,94
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	16	106,46	334,36
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-539 153,89	-46 760,89
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		479 905,82	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	13	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1 939,93	-9 754,61
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		477 965,89	-9 754,61
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-154 917,89	-115 724,88
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		1 131 328,87	1 247 053,75
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4, 16	976 410,98	1 131 328,87

A Mesa Administrativa



O Contabilista Certificado



# **Santa Casa da Misericórdia da Guarda**

**Anexo**

**31 de dezembro de 2021**



## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
2.1	Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade. ....	5
2.2	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior: .....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro .....	16
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas .....	16
3.5	Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros: .....	16
3.6	Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período: .....	16
3.7	Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.....	16
4	Fluxos de Caixa .....	17
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
6	Ativos Fixos Tangíveis.....	17
7	Ativos Intangíveis .....	21
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	23
9	Agricultura.....	23
10	Inventários .....	23
11	Rédito .....	25
12	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	25
13	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	26
14	Benefícios dos empregados .....	28
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	29

16	Outras Informações.....	29
16.1	Investimentos Financeiros .....	29
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	30
16.3	Clientes e Utentes .....	30
16.4	Outras contas a receber .....	31
16.5	Diferimentos .....	31
16.6	Outros Ativos Financeiros .....	32
16.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	32
16.8	Fundos Patrimoniais.....	32
16.9	Fornecedores .....	32
16.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	32
16.11	Outras Contas a Pagar.....	33
16.12	Outros Passivos Financeiros.....	34
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	34
16.14	Fornecimentos e serviços externos.....	34
16.15	Outros rendimentos.....	34
16.16	Outros gastos .....	35
16.17	Resultados Financeiros.....	35
16.18	Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor .....	35
16.19	Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor. ....	36
16.20	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:.....	36
16.21	Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor. ....	36
16.22	Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: .....	36
16.23	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: .....	37
16.24	Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas: .....	37
17	Acontecimentos após data de Balanço.....	37



## **1 Identificação da Entidade**

A “Santa Casa da Misericórdia da Guarda” com o Número de Identificação Fiscal n.º 500876550, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República da Série II, com sede em Rua Dr. Francisco dos Prazeres, n.º

7. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- No campo social exerce a sua ação através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, interpretadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade e no setor especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o culto divino nas suas Igrejas e Capelas e exercerá as atividades que constarem no Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes;
- A ação da Santa Casa visa, particularmente, assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, na juventude e na infância;
- No campo cultural, preserva, conserva e divulga o seu património monumental, artístico e documental;
- O âmbito da atividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os setores da saúde e da educação.

Não existem entidade mãe imediata nem entidade mãe final.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).



As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

**2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

**2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2021 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2020.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Consistência de apresentação:**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação:**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa:**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



### 3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 5 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de



produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

#### **3.2.4 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### **3.2.5 Agricultura**

##### Ativos biológicos e produto agrícola

Os ativos biológicos e o produto agrícola colhido dos ativos biológicos são valorizados como segue:



- Ativos biológicos:
  - No reconhecimento inicial à data do Balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Na impossibilidade de serem valorizados com fiabilidade pelo seu justo valor, os ativos biológicos são valorizados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.
- Produto agrícola:
  - Pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.
  - Os ganhos ou as perdas provenientes do reconhecimento inicial pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, ou de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surja.

#### Subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos

- Subsídios não condicionais:
  - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios se tornem recebíveis.
- Subsídios condicionais:
  - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio; porém, se o subsídio permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio como rendimento numa base proporcional ao tempo.

#### **3.2.6 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será

recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;



- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- "a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) .As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo, não é expectável a existência de qualquer contingência associada à revisão de declarações relacionadas com o cumprimento de obrigações fiscais e parafiscais.

### 3.2.11 Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais

Não aplicável.

### 3.2.12 Número de Pessoas Cooperantes, Número de Voluntários e de Beneficiários

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem 473 Irmãos e 531 utentes em média no ano de 2021 distribuídos da seguinte forma:

Valências	N.º médio de Utentes
PEA - Programa de Emergência Alimentar	11
Centro de Dia da Guarda	15
Lar na Guarda	46
Lar na Vela	88
CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres	17
Creche	35
Jardim	34

Conservatório de música São José da Guarda	251
Unidade de Cuidados Continuados	34
<b>Média Total</b>	<b>531</b>

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral com 6 membros, pela Mesa Administrativa com 10 membros e pelo Conselho Fiscal com 6 membros.

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

A política económica da Santa Casa da Misericórdia da Guarda pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

### 3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objeto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

### 3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:

Não aplicável;

### 3.6 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:

Não aplicável;

### 3.7 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



#### 4 Fluxos de Caixa

O saldo da conta 1210 - Banco Português de Investimento, com o saldo de 12 248,90 euros, refere-se a valores de um utente à guarda da Instituição e que são utilizados para pagamento das mensalidades da utente, uma vez que o saldo resulta de depósitos da mesma. Em caso de falecimento do utente este montante será doado à instituição, sendo que, neste momento é utilizado para pagamento de mensalidades.

Descrição	2021	2020
<b>Caixa</b>	<b>1 842,05</b>	<b>2 023,82</b>
Caixa Administração	75,00	195,86
Caixa - Conservatório	0,00	0,00
Caixa - Creche e Jardim de Infância	0,00	26,31
Fundo de Caixa - Sede	142,32	215,42
Caixa - Farmácia	1 623,73	1 586,23
<b>Depósitos a Ordem</b>	<b>74 570,43</b>	<b>69 405,05</b>
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>899 998,50</b>	<b>1 059 900,00</b>

#### 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os erros materiais que sejam identificados no período, são considerados na rubrica de resultados transitados conforme disposto na norma aplicável. Os principais factos identificados estão relacionados com erros ao nível das contas correntes que foram corrigidos no presente exercício e que traduzem situações verificadas em períodos anteriores.

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

#### 6 Ativos Fixos Tangíveis

##### 6.1. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida.

##### 6.2. Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo-se aplicado as taxas máximas e mínimas legalmente em vigor, tal como referenciado na nota 3.1 a.2).

##### 6.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Tal como em exercícios anteriores, foi considerado pelo Conselho de Administração que a vida útil dos ativos fixos tangíveis resultantes da aplicação das taxas máximas e mínimas indicadas, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro), reflete o período durante o qual a empresa espera que os diferentes grupos de ativos estejam disponíveis para uso. As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam de 3.1 a.2).

#### 6.4. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2020			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
<b>Custo</b>				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2021			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final



<b>Custo</b>				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Outros Ativos Fixos Tangíveis****6.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2020					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Alíenacões	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00				2 578,39
Edifícios e outras construções	5 336 390,43	0,00				5 336 390,43
Equipamento básico	939 054,71	7 162,34		-139,50		946 077,55
Equipamento de transporte	410 252,65	4 526,56				414 779,21
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 906,11	0,00				305 906,11
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,03	0,00				16 494,03
Total	7 010 676,32	8 996,22	0,00	-139,50	0,00	7 022 225,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	2 042 194,10	100 812,47				2 143 006,57
Equipamento básico	821 627,57	19 937,84				841 565,41
Equipamento de transporte	220 741,16	18 453,07				239 194,23
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	301 587,50	2 235,18				303 822,68
Outros Ativos fixos tangíveis	14 332,14	801,87				15 134,01
Total	3 400 482,47	142 306,03			0,00	3 542 722,90

No 2020 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2020			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Alien ações	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00				2 578,39
Edifícios e outras construções	5 336 390,43	6 189,85				5 342 580,28
Equipamento básico	946 077,55	56 527,69		-139,99		1 002 465,25
Equipamento de transporte	414 779,21	0,00				414 779,21
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 906,11	0,00				305 906,11
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,03	0,00				16 494,03
Total	7 022 225,72	62 717,54	0,00	-139,99	0,00	7 084 803,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	2 143 006,57	100 881,17				2 243 887,74
Equipamento básico	841 565,41	22 670,74				864 236,15
Equipamento de transporte	239 194,23	18 534,25				257 728,48
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	303 822,68	1 333,73				305 156,41
Outros Ativos fixos tangíveis	15 134,01	751,87				15 885,88
214Total	3 542 722,90	144 171,76			0,00	3 686 894,66

Importa referir que em 2021, tal como já proveniente de 2020, as obras em curso relativas à readaptação do Lar na Guarda e edifício Gulbenkian, somam 910.556,43 €.

No 2021 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Importa referir, que em relação aos bens do património histórico, artístico e cultural, a conta "455 – Adiantamentos" regista em saldo de 1.208,21 €, sendo já proveniente de anos anteriores.

#### Propriedades de Investimento

Em 2016 por alteração ao normativo contabilístico (NCRF-ESNL - pelo Decreto-lei n.º 98/2015), que deixou de prever a existência de propriedades de investimento, procedeu-se a sua transferência para ativos fixos tangíveis.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não há compromissos contratuais de ativos fixos tangíveis.

Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- A data de eficácia da revalorização;
  - Não aplicável.
- Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
  - Não aplicável.
- Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos neles contidos; e
  - Não aplicável.
- A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados:
  - Não aplicável.

#### **6.6. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

#### **6.7. Existência de itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas**

Não há ativos expressos por quantias revalorizadas.

## **7 Ativos Intangíveis**

### **7.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e as suas reversões ou outras alterações:**

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 414,61	167,25				27 581,86
Propriedade Industrial	19 951,92					19 951,92



Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>47 366,53</b>	<b>167,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47 533,78</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 358,29	74,89		-9,29		27 423,89
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>27 358,29</b>	<b>74,89</b>	<b>0,00</b>	<b>-9,29</b>	<b>0,00</b>	<b>27 423,89</b>

No 2020 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2020			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 581,86	0,00				27 581,86
Propriedade Industrial	19 951,92					19 951,92
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>47 533,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47 533,78</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 358,86	55,74		65,03		27 479,63
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>27 358,86</b>	<b>56,31</b>	<b>0,00</b>	<b>65,03</b>	<b>0,00</b>	<b>27 479,63</b>

No 2021 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00



Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**7.2. Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;**

- Os ativos intangíveis registados pela Instituição correspondem a aquisições ao exterior e são satisfeitos por programas de computador e licenças de utilização das instalações. Pelo efeito, todos os ativos apresentam vidas úteis definidas, sendo a sua amortização calculada com base nos critérios fiscais em vigor, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro).

**7.3. Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas;**

Não aplicável.

**7.4. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos**

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

## **8 Custos de Empréstimos Obtidos**

Os custos de empréstimos obtidos somam 1.939,93 €, e estão devidamente refletidos na Demonstração de Resultados. Existiram 2.840,69 € que foram capitalizados dos empréstimos referentes às obras no edifício Gulbenkian e o edifício do Lar da Guarda, segundo o parágrafo 10.3 da Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

## **9 Agricultura**

Não aplicável.

## **10 Inventários**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	<b>2020</b>	<b>2021</b>
--	-------------	-------------

Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	985 988,11	542 884,39	0,00	56 530,37	501 853,63	0,00	106 605,97
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	523 493,82	487 969,01	2 401,80	57 097,07	443 611,88	0,00	107 789,08
Produtos acabados e intermédios	462 494,29		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos biológicos	985 988,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>523 493,82</b>	<b>1 030 853,4</b>	<b>0,00</b>	<b>113 627,44</b>	<b>945 465 51</b>	<b>0,00</b>	<b>214 395,05</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				985 988,11			823 506,31
Mercadorias				523 493,82			432 268,95
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				462 494,29			391 237,36
Ativo biológicos				0,00			0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

Rubricas	2021	2020
<b>Matérias-primas</b>		
Gêneros Alimentares	24 745,55	11 537,39
<b>Matérias Subsidiárias</b>		
Material Clínico	34 677,81	16 835,62
Material Hoteleiro	30 342,52	18 499,35
Materiais de Consumo - Medicamentos	18 023,20	10 224,71
Embalagens	0,00	0,00
Matérias em Transito	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>107 789,08</b>	<b>57 097,07</b>

No período não foi registado um ajustamento de inventários reconhecido como um gasto do período e não existe nenhuma importância desta natureza reconhecida.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e os produtos acabados encontram-se valorizadas ao preço de custo, o qual é inferior ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

O sistema de custeio utilizado para a valorizar os inventários das mercadorias e das matérias-primas, subsidiárias e de consumo a 31-12-2021 é o custo médio ponderado.



*Inf. J. J. J.*

Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Não existiu qualquer ajustamento aos inventários do período. Nem foram registadas quaisquer perdas por imparidade no período que reporta ao período de 31-12-2021.

## 11 Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
<b>Vendas</b>	<b>631 690,40</b>	<b>674 167,67</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>1 062 235,49</b>	<b>1 173 303,64</b>
Quotas de utilizadores	1 039 654,43	1 159 502,23
Quotas e joias	17 158,00	9 327,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	5 423,06	4 473,91
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>2 148 975,61</b>	<b>2 184 257,86</b>
<b>Reversões</b>	<b>100,00</b>	<b>1 353,08</b>
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>192 755,58</b>	<b>120 261,43</b>
Juros	106,46	306,50
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 035 863,54</b>	<b>4 153 650,18</b>

Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Não aplicável.

## 12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes



### Provisões

Nos períodos de 2020 e 2021, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	700,00	0,00	700,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes à data do Balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor da provisão registado corresponde a uma estimativa de possível dispêndio associado a um litígio com um ex-trabalhador.

### Passivos contingentes

Não aplicável.

### Ativos contingentes

Não aplicável.

### Fundos permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido

Não aplicável.

## **13 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

Os subsídios ao investimento do Governo encontram-se apresentados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas, em cada período, conforme mapa anexo.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020			
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
<b>Subsídios do Governo</b>				
POEFDS - Saúde XXI	213 218,76		-5 686,47	207 532,29
IFADAP - Pro Raia	29,95			29,95
Fundo de Socorro Social	90 443,72			90 443,72
<b>Total</b>	<b>303 692,43</b>	<b>0,00</b>	<b>-5 686,47</b>	<b>298 005,96</b>
<b>Apoios do Governo</b>				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros</b>				
Fundação Montepio Geral	25 842,74	0,00	0,00	25 842,74
Iniciação profissional e prática Ensino Supervisionado	0	100,00	0,00	100,00
<b>Total</b>				
<b>Total</b>	<b>329 535,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>323 948,70</b>

Descrição	2021			
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
<b>Subsídios do Governo</b>				
POEFDS - Saúde XXI	213 218,76		-5 686,47	201 845,79
IFADAP - Pro Raia	29,95			29,95
Fundo de Socorro Social	90 443,72		-3 883,10	86 560,62
<b>Total</b>	<b>303 692,43</b>	<b>0,00</b>	<b>-9 569,57</b>	<b>288 436,39</b>
<b>Apoios do Governo</b>				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros</b>				
Fundação Montepio Geral	25 842,74	0,00	-14 791,34	11 051,40
Iniciação profissional e prática Ensino Supervisionado	100,00	0,00	0,00	100,00
<b>Total</b>				
<b>Total</b>	<b>329 535,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>299 587,79 €</b>

No exercício de 2021 foram doados a esta instituição um valor total de 2.500,00 Euros, donativos esses que foram atribuídos em:

Descrição	2021	2020
<b>Donativos</b>		
Donativos por Obrigação Judicial	0,00	0,00
Em numerário	2 500,00	17 455,04
Em espécie	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 500,00</b>	<b>17 455,04</b>

Ao nível do capital próprio, as doações registadas são as mesmas que as verificadas em períodos anteriores, a saber:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
<b>Doações</b>				
Philips Portuguesa	448,92			448,92

Carlota Zulmira Vitorino	2 225,36			2 225,36
CRSS Centro	2 819,02			2 819,02
José F. Martins	22 466,47			22 466,47
Adriano Vasco Rodrigues	19 951,92			19 951,92
Grupo Vitalino, SA	339,00			339,00
Maria Jose Almeida Flor de Carvalho	179 630,24	0,00		179 630,24
Outros	1 213,98			1 213,98
<b>Total</b>	<b>229 094,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>229 094,91</b>

Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável

#### 14 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias, subsídio de natal e abonos para falhas. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontram-se reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da Instituição ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 189 e em 31/12/2020 foi de 188.

Não existem compromissos em matéria de pensões ou análogos.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 135 754,10	2 026 263,10
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	-2 956,86	2 141,89
Encargos sobre as Remunerações	449 520,57	432 102,12
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19 699,35	18 113,68
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 483,06	1 258,57
<b>Total</b>	<b>2 604 500,22</b>	<b>2 479 879,36</b>

#### Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não aplicável

#### Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

8. Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;
  - Não aplicável.
9. Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
  - Não aplicável.
10. Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.
- 10.2. Não aplicável.

### **15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### **16 Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### **16.1 Investimentos Financeiros**

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”, registados de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial ou ao custo:

Descrição	2021	2020
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>175 277,47</b>	<b>175 277,47</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>17 217,28</b>	<b>14 366,31</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>-164 744,36</b>	<b>-163 810,46</b>
<b>Total</b>	<b>27 750,39</b>	<b>25 833,32</b>

## 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	54 543,50	50 703,50
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-32 413,50	-24 562,50
<b>Total</b>	<b>22 130,00</b>	<b>26 141,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Os ativos financeiros da empresa, constituídos por dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	19 223,07	30 857,15
Utentes	60 082,22	33 876,83
<b>Total</b>	<b>79 305,29</b>	<b>64 733,99</b>
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		



Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	872,90	872,90
Utentes	68 577,94	67.535,90
<b>Total</b>	<b>148 756,13</b>	<b>133 142,69</b>

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

	2020			2021	
Saldo Final	Saldo Inicial	Reforço/diminuição	Saldo Final	Reforço/diminuição	Saldo Final
Cientes	872,90	0,00	872,90	0,00	872,90
Utentes	67 404,19	131,71	67 535,90	1 763,31	69 299,21
<b>Total</b>	<b>68 277,09</b>	<b>131,71</b>	<b>68 408,80</b>	<b>1 763,31</b>	<b>70 172,11</b>

#### 16.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição, registadas ao custo:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	350,85	350,85
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores c/c	4 975,32	1 158,37
Adiantamentos a Fornecedores c/c	1 489,08	1 489,08
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	607,50	269 848,42
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	476 466,27	459 686,43
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>483 889,02</b>	<b>732 533,15</b>

Os valores constantes "Remunerações a pagar o pessoal" a 31/12/2021 no valor de 350,85 euros, refere-se a valores a devolver pelos funcionários.

Relativamente ao valor de "outros devedores" as principais entidades devedoras são as seguintes:

Entidade	2021	2020
Administração Regional de Saúde do Centro	227 365,69	149 820,30
DREC/DGESTE	194 720,00	233 640,00
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	13 316,77	34 166,61
Centro distrital de Segurança Social	15 148,67	8 103,65
Outras entidades	25 915,14	33 955,87
<b>Total</b>	<b>476 466,27</b>	<b>459 686,43</b>

#### 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros		
Outros	4 696,32	9 151,18
<b>Total</b>	<b>4 696,32</b>	<b>9 151,18</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	300,00	300,00
Subsídios à Exploração	259 626,77	304 960,00



Outros Subsídios à Exploração)	29 668,37	28 418,62
<b>Total</b>	<b>289 595,14</b>	<b>333 678,62</b>

## 16.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

## 16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	1 842,05	2 032,82
Depósitos à ordem	74 570,43	69 405,05
Depósitos a prazo	899 998,50	1 059 900,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>976 410,98</b>	<b>1 131 328,87</b>

## 16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5 290 114,00	0,00	0,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-1 087 449,84	0,00	99 777,82	-1 187 227,66
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ajustamentos em ativos financeiros - MEP</b>	<b>4 559,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 559,63</b>
Lucros não atribuídos	4 559,63	0,00	0,00	4 559,63
Outras variações nos fundos patrimoniais	553 043,61		-24 360,91	528 682,70
<b>Total</b>	<b>4 760 267,40</b>	<b>0,00</b>	<b>124 138,73</b>	<b>4 636 128,67</b>

Nos Resultados Transitados, as alterações no valor de 99 777,82 Euros justificam-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Transferência do Resultado Líquido Ano anterior	99 777,82
Outras variações de resultados transitados	0,00
<b>Total</b>	<b>99 777,82</b>

## 16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	289 791,36	318 838,17
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>289 791,36</b>	<b>318 838,17</b>

## 16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	7 139,65	7 139,65
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23 584,33	12 920,71
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30 723,98</b>	<b>20 060,36</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	21 976,49	10 400,08
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19 677,22	34 905,35
Segurança Social	71 283,57	80 482,97
Caixa Geral de Aposentações	3 918,01	3 972,97
Outros Impostos e Taxas	1 103,89	849,87
<b>Total</b>	<b>117 959,18</b>	<b>130 611,24</b>

### 16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		738,96		1 486,99
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		<b>3 194,79</b>		<b>5 408,23</b>
Adiantamentos de Clientes e Utentes		35,50		35,50
Fornecedores de Investimentos		204 742,62		120 427,55
Credores por acréscimo de gastos		379 196,69		339 103,93
Outros credores		19 981,16		9 262,61
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Clientes e Utentes de cobrança duvidosa		0,00		0,00
Associados cobrança duvidosa		0,00		0,00
Outras contas a pagar		0,00		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>607 889,72</b>	<b>0,00</b>	<b>475 724,81</b>

O saldo da conta remunerações a pagar resulta de quantias que efetivamente eram devidos aos funcionários a regularizar em 2021.

O saldo da conta Fornecedores de investimentos de 204 742,62 euros subdivide-se em:

Fornecedor	2021	2020	Observações
Matos e Pereira, Ldª	1 292,41		
Chupas e Morrão, SA	0,00	43 102,52	
Ortoegi	33 959,50	0,00	
GEF informática	0,00	0,00	
Clibinte, Lda	0,00	0,00	
Orlando Portinha, Unipessoal Lda	6 828,27	0,00	
Manuel J. A. Gomes - Estruturas Metálicas, Lda	2 747,20	2 747,20	
SASTI, Lda	0,00	1 124,15	

Traçoinox	0,00	0,00	
Galbilec	6 866,47	1 107,00	
Isidro Pires da Silva, Lda	0,00	0,00	
António Saraiva & Filhos	133 762,37	67 622,38	
EFS – Engenharia e fiscalização	19 286,40	4 194,30	
Gameiros Material Clinico	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>204 742,62</b>	<b>120 427,55</b>	

## 16.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

## 16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 146 475,61	2 166 802,82
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	2 500,00	17 455,04
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 148 975,61</b>	<b>2 184 257,86</b>

## 16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	70 775,24	196 055,04
Materiais	17 601,99	21 460,66
Energia e fluidos	288 007,49	283 120,89
Deslocações, estadas e transportes	5 737,57	3 515,01
Serviços diversos	154 919,77	92 636,95
Encargos de Saúde com os utentes	13 473,39	4 781,37
Publicações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>657 657,31</b>	<b>601 569,92</b>

## 16.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	59 177,85	13 882,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 591,79	5 687,87
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	10,02	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	90,89
Rendimentos em investimentos não financeiros	99 391,20	92 422,30



Outros rendimentos	31 584,72	6 913,18
<b>Total</b>	<b>192 755,58</b>	<b>120 261,43</b>

### 16.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1 413,11	3 503,37
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	1 204,03
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,03
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,10	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	41 927,39	23 567,88
<b>Total</b>	<b>46 346,79</b>	<b>32.443,02</b>

### 16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	5,15	6,41
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1 934,78	9 748,20
<b>Total</b>	<b>1 939,93</b>	<b>9 754,61</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	106,43	306,50
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,03	0,00
<b>Total</b>	<b>106,46</b>	<b>306,50</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-1 833,47</b>	<b>-9 448,11</b>

### 16.18 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

11. Cotação de mercado (instrumentos negociados em mercado líquido e regulamentado);
  - Não aplicável.
12. Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;
  - Não aplicável.
13. Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros; e
  - Não aplicável.

14. Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

14.2. Não aplicável.

**16.19 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.**

Não aplicável.

**16.20 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:**

15. Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e

○ Não aplicável.

16. Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

16.2. Não aplicável.

**16.21 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.**

Não aplicável;

**16.22 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

17. Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;

○ Não aplicável;

18. Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;

○ Não aplicável;

19. Outros créditos;

○ Não aplicável;

20. Capital subscrito e não realizado;

○ Não aplicável;

21. Diferimentos.

21.2. Não aplicável;

### **16.23 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- 22. Empréstimos por obrigações;
  - Não aplicável;
- 23. Dívidas a instituições de crédito;
  - A entidade apresenta a 31/12/2021 um passivo financeiro de 479 905,82 € ao banco Santander, resultante do Instrumento Financeiro para a reabilitação e Revitalização Urbana, doravante designada de "IFRRU" 2020.
- 24. Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
  - Não aplicável;
- 25. Dívidas por compras e prestações de serviço;
  - Não aplicável;
- 26. Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
  - Não aplicável;
- 27. Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
  - Não aplicável;
- 28. Outras dívidas;
  - Não aplicável;
- 29. Diferimentos.
- 29.2. Não aplicável;

### **16.24 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:**

- 30. Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e
  - Não aplicável.
- 31. Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).
  - 31.2. Não aplicável.

## **17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.



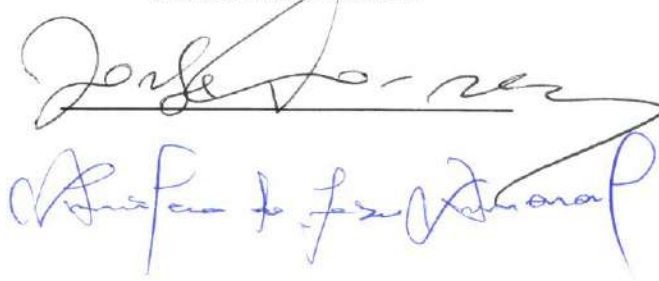
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Guarda, 8 de março de 2022

O Contabilista Certificado

  
\_\_\_\_\_

A Mesa Administrativa



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia da Guarda** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.168.235,16 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.382.465,94 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 253.662,73 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia da Guarda** em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a Opinião com Reservas

Os edifícios e outras construções encontram-se registados no património da Instituição que se encontra refletido, no seu Balanço, ao nível dos ativos não correntes na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" pelo montante de 3.098.692,54 €. Nos termos do parágrafo 58 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 (NCRF 7), aplicada de forma supletiva à Norma Contabilística e de Relato Financeiro do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), consta que "*os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente*", sendo que "*os terrenos têm uma vida útil ilimitada pelo que não são depreciados*". No exercício, testámos os investimentos ocorridos, testámos as depreciações e amortizações praticadas e efetuámos a análise dos elementos constantes do cadastro de ativos fixos tangíveis e comparámos com os registos na aplicação da contabilidade, situação que, em relação à rubrica acima identificada, não permitiu aferir pela segregação dos terrenos do valor dos edifícios, assim como, não se encontra concluída a conciliação integral entre a informação contabilística, cadastro patrimonial, Autoridade Tributária e Conservatória do Registo Predial. Consequentemente, considerando a inexistência de informação adicional que permitisse valorizar as

situações identificadas, não foi possível concluir quanto ao adequado registo dos ativos acima referidos, pelo que, não pudemos determinar se seriam necessários ajustamentos à rubrica de Edifícios e outras construções e consequentes alterações nos valores relatados no balanço e demonstração de resultados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com Reservas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações



financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Viseu, 17 de junho de 2022

O Revisor Oficial de Contas

**JOSÉ  
MANUEL  
PINA PAIVA**

Assinado de forma  
digital por JOSÉ  
MANUEL PINA PAIVA  
Dados: 2022.06.17  
11:20:29 +01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575  
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539, CMVM n.º 20161149



## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de 6.168.235 Euros e um total de capital próprio de 4.382.466 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 253.663 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Santa Casa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com algumas Normas Técnicas de modo a obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e a apreciação sobre se é adequada; em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, em 31 de dezembro de 2021, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Guarda, 9 de março de 2022

O Conselho Fiscal,

